

A INTERPRETAÇÃO DO ARGUMENTO ONTOLÓGICO SEGUNDO LEIBNIZ

LEIBNIZ'S INTERPRETATION OF THE ONTOLOGICAL ARGUMENT

Andréa Maria Cordeiro*

RESUMO: O argumento ontológico para provar a existência de Deus foi criado por Santo Anselmo. Ele visava provar a existência de Deus de uma forma a priori, ou seja, é um argumento não baseado em experiências externas. Ele busca passar do simples conceito de Deus à sua existência. Leibniz defende a prova ontológica de Santo Anselmo e introduz que não basta passar da idéia de um ser infinito e perfeito à realidade e sim demonstrar previamente a sua possibilidade. Na primeira parte deste trabalho demonstraremos de maneira geral o próprio argumento de Santo Anselmo e na segunda parte, como Leibniz o interpretou e o complementou.

PALAVRAS-CHAVE: Argumento ontológico. Existência de Deus. Prova ontológica. Anselmo, Leibniz.

ABSTRACT: The ontological argument was created by St. Anselm to prove the existence of God. He tried to prove the a priori God's existence by an argument which not depends from external experiences. He also seeks to pass from the simply concept of God to his existence. In turn, although Leibniz defends the Anselm's ontological proof he adds that it is not sufficient just prove ideally the reality of a perfect and infinite being, but demonstrate his possibility previously. In the first part of this paper we will describe the Anselm's ontological argument. In the second part we will explain how Leibniz have interpreted and complemented it.

KEYWORDS: Ontological argument. Existence of God. Ontological proff. Anselm. Leibniz.

1. O argumento ontológico de Santo Anselmo

Santo Anselmo tornou-se célebre entre os filósofos por causa de seu argumento para provar a existência de Deus. Conhecido entre os escolásticos como a ratio Anselmi, ou razão de Anselmo, foi definido como “ontológico” por Kant, fazendo menção à simples consideração de Deus enquanto ser supremo e compreendendo por ontologia a filosofia

* Mestranda em Filosofia – PUCRS/CNPq Contato: andrea.filosofa@gmail.com

transcendental a priori, ou seja, aquela que não recorre à experiência para definir o próprio saber.

Tal argumento, que visava provar a existência de Deus, está contido na obra *Proslógio*, escrita por Anselmo pouco tempo depois de ter escrito o *Monológio*, obra esta onde ele desenvolveu uma razão da fé, ou seja, quis mostrar as razões da fé também para aqueles que de imediato não são crentes, isto é, quis fazer com que as verdades e as razões da fé se tornassem racionalmente aceitáveis. Demonstrou nessa obra Deus e seus atributos. Buscou a razão da fé não enquanto fé subjetiva, mas compreendida objetivamente como fé, isto é, não discutiu a fé com a qual subjetivamente se crê, e sim a fé na qual se crê, logo, no *Monológio* Anselmo examina e torna racionalmente compreensível o conteúdo da fé. Apresentou para isto três provas, que partiram das criaturas para chegar ao criador.

A primeira prova apresentada é extraída da experiência dos bens particulares, objetos de nossos desejos. Bens estes, que nos fazem de forma natural procurar um bem através do qual tudo seja bem, ou seja, como as coisas não são igualmente boas, pode-se dizer que não possuem em si um princípio particular de bondade, e sim que todos participam de um mesmo bem, através do qual todo o resto é bom por si mesmo, o que quer dizer que existe um ser soberanamente bom, do qual todas as outras criaturas derivam.

Mas, assim como vimos existir um ser soberanamente bom, pois todas as coisas são tais devido a um bem único, da mesma maneira devemos necessariamente induzir que há também um ser soberanamente grande, pois todas as coisas que são grandes devem-no a um ser que é grande por si. Ele é grande não no sentido espacial, como se diria dos corpos, mas no sentido em que quanto maior é mais digno e melhor é como acontece com a sabedoria. E, desde que não pode haver nada sumamente grande se não sumamente bom, decorre que deve existir um ser que igualmente, é o maior e o melhor, isto é, sumamente superior a todas as coisas¹.

Na segunda prova, Anselmo coloca que nada é a não ser por algo, ou seja, tudo o que existe provém de algo, logo, deve haver algo que é superior e que por sua vez é o que tudo gera.

Ainda não apenas tudo o que é bom e grande é assim em virtude de uma única e mesma coisa, mas parece também que tudo o que existe exista devido a uma e mesma coisa. Com efeito, tudo o que existe ou

¹ ANSELMO, S. *Monológio*, *Proslógio*, *A verdade*, *O Gramático*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973. Capítulo II.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

provém de algo ou deriva do nada. Mas o nada não pode gerar nada e sequer é possível pensar que algo não seja gerado senão por algo. Portanto, tudo o que existe só pode existir (gerado) por algo. Assim sendo, tudo o que existe é gerado ou por uma causa só ou por muitas. Se por muitas, elas, ou convergem num princípio único pelo qual todas as coisas existem, ou existem por si, ou criaram-se mutuamente. Mas se muitas coisas procedem do mesmo princípio já não tem origem múltipla e sim, única, e se existe cada uma por si mesma, deve-se supor, então, a existência de uma força, ou natureza, que possui propriedade de existir por si. Neste caso, porém, não resta dúvida de que são aquilo que são devido àquela causa pela qual possuem a propriedade de existir por si mesmas. Portanto, é mais acertado dizer que existem todas por um princípio do que por vários, pois sem ele, não poderiam subsistir...conclui-se assim, que deve haver um ser perfeitamente bom e grande, superior a todas as coisas, quer se denomine ele essência, substância ou natureza².

A terceira prova apresentada por Anselmo no Monólogo fala da natureza das coisas diferentes, que sem dúvida não são iguais em dignidade e se distinguem umas das outras por uma diferença de graus, isto é, entre seres de diferentes espécies existe uma graduação, o que leva a conclusão que existe um ser que teria o mais alto grau, de onde todos os demais seres provêm.

Se alguém examinar a natureza das coisas, queira ou não queira, haverá de convir que nem todas podem ser colocadas no mesmo plano de dignidade, mas, ao contrário, uma delas se distingue pela diferença de graus. Com efeito, quem duvidasse que é melhor, por sua natureza, o cavalo que a madeira, e o homem melhor ainda que o cavalo, não seria digno de ser chamado homem. Se, entretanto, não é possível duvidar que algumas naturezas sejam melhores que outras, a razão, todavia, convence-nos haver, entre elas, uma que é tão superior às demais que não admite nenhuma que lhe seja superior³.

Essas três provas são consideradas provas cosmológicas ou a posteriori da existência de Deus, isto é, provas através das quais Santo Anselmo prova que a partir do mundo se chega até Deus.

Já no Proslógio, Anselmo busca encontrar um argumento único e inconfundível para provar a existência de Deus. Argumento este que não deve estar apoiado em experiências externas, isto é, não deve chegar até Deus a posteriori. Busca um argumento sólido que não precise apoiar-se em outros múltiplos argumentos, mas que seja evidente na interioridade do

² ANSELMO, S. Monólogo, Proslógio, A verdade, O Gramático. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973. Capítulo III.

³ ANSELMO, S. Monólogo, Proslógio, A verdade, O Gramático. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973. Capítulo IV.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

homem. Um argumento que, para ser provado, não necessite de nenhum outro fora de si mesmo. O ponto de partida deste argumento é a idéia de Deus proporcionada pela fé. Anselmo busca passar do simples conceito de Deus à sua existência. Ele define Deus como “o ser acima do qual não se é possível pensar nada maior”. O reconhecimento desta idéia de Deus, como “o ser acima do qual não se é possível pensar nada maior”, comprovaria implicitamente a idéia do mesmo.

Ele diz que algo que é compreendido existe pelo menos no pensamento, ou seja, na inteligência (entendimento) do homem. Além desta categoria de existência em pensamento, se faz necessário que ele exista também na realidade, visto que, algo que existe em pensamento e na realidade é certamente maior do que algo que existe somente no pensamento. Portanto, se Deus existisse somente no pensamento, seria possível imaginar outro ser igual a ele e que, além disso, existisse também na realidade. Por conseguinte, este outro ser seria certamente maior do que Deus, o que contradiz o conceito inicial. Então, para ser “o ser acima do qual não se é possível pensar nada maior”, Deus deve necessariamente existir em pensamento e também na realidade. Anselmo diz que sequer podemos pensar a não existência dele, porque aquilo que não pode ser pensado como não existente e certamente maior do que aquilo que pode ser pensado como não existente.

De um modo geral, este argumento tem dois pontos importantes, o primeiro é que o que existe na realidade é maior ou mais perfeito do que aquilo que existe só no intelecto e, o segundo é o fato de que negar aquilo de que não se pode pensar nada de maior existe na realidade significa contradizer-se.

O argumento pode ser entendido como a afirmação de que o maior que se pode pensar deve ser real, pois caso contrário, faltando-lhe a realidade, não seria o maior que se pode pensar, mas simplesmente a idéia do maior pensável. O maior que se pode pensar é também, portanto, o perfeito. Quando se trata de um ser perfeito e infinito, a existência está implicada por sua essência.

O argumento de Santo Anselmo foi criticado na sua própria época por um monge chamado Gaunilo, que imaginou a existência de uma ilha perfeita. Fazendo uso da mesma lógica de Anselmo afirmou que tal ilha deveria necessariamente existir, caso contrário, seria possível imaginar uma ilha mais perfeita bastando acrescentar-lhe uma existência real. Esta ilha perfeita, segundo Gaunilo, jamais foi encontrada, mas deve-se dizer que ela existe e, portanto está perdida, caso contrário, estaríamos nos contradizendo. Santo Anselmo refutou

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

sua contestação explicando que seu argumento só poderia ser utilizado para comprovar a existência do “ser do qual não é possível pensar nada maior”, pois seu conceito era único, imutável e compreendido através da inteligência.

2. Leibniz e o argumento ontológico

Para Leibniz, a idéia de Deus é uma idéia inata, ou seja, uma idéia que se encontra na nossa alma independentemente de qualquer experiência. Ele defende a prova ontológica do Santo Anselmo e introduz que não basta passar da idéia de um ser infinito e perfeito à realidade e sim demonstrar previamente sua possibilidade. Ele mostrou que a idéia de Deus é possível, sua possibilidade conclui-se a priori do fato de Deus não ter limitações, nem negações, sem, portanto contradições. A partir de premissas que sempre aceitou, a saber, que Deus é um ser perfeito e necessário, procura provar que Deus é possível, e depois faz uso do argumento ontológico para provar que Deus é real.

Tal argumento utilizado para provar a possibilidade de Deus repousa sobre a definição de uma perfeição sendo tomada como um atributo simples e absolutamente positivo. Para Leibniz, Deus é o ser mais perfeito, aquele que possui toda a essência, todas as qualidades, todos os atributos afirmativos. Para mostrar que Deus é possível, mostrou que todos os atributos positivos são compatíveis entre si.

De acordo com o argumento ontológico a existência de Deus segue o a priori desde sua definição como um ser absolutamente perfeito. Uma vez que, existência é mais perfeita do que não existência a própria idéia de deus implica que ele existe. Leibniz formula o argumento ontológico de maneiras distintas, contudo, ele acredita que todas expressem mais ou menos a mesma idéia. Duas dessas variações desenvolvem o conceito de um ser absolutamente perfeito, são os argumentos⁴:

A1

I – Deus é por definição um ser absolutamente perfeito

II - Existência é uma perfeição

⁴ Os argumentos a seguir estão dispostos conforme em JOLLEY, Nicholas. The Cambridge Companion to Leibniz. Cambridge University, 1995. Páginas 354 e 355.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

III – Portanto, Deus existe

A2

I – Deus é por definição um ser absolutamente perfeito

II – Existência necessária é uma perfeição

III – Portanto, Deus necessariamente existe

Um terceiro argumento sugere a construção de uma prova sem mencionar as perfeições, usando o conceito de ser necessário. Assim temos:

A3

I – Um ser necessário é por definição um ser que necessariamente existe

II – Um ser que necessariamente existe, existe

III – Logo, um ser necessário existe

Leibniz acredita, portanto, que de modo semelhante estes argumentos podem provar a existência de Deus. Trata a existência necessária como uma existência absoluta, e absoluto expressa “sem limites”, logo, qualquer coisa que ele venha a expressar, expressa sem limites, o que nos faz pensar que um ser necessário, é um ser absolutamente perfeito e vice-versa. Importante notar que, Leibniz distingue dois modos de existência, a saber, que criaturas existem de forma contingente, ou seja, sua não existência é logicamente possível. Deus, por sua vez, existe necessariamente, ou seja, sua não existência é logicamente impossível. Assumindo que Deus é possível, ou que seu conceito não tem contradição, se segue que ele existe.

Leibniz oferece duas provas, uma defendendo a noção de um ser absolutamente perfeito, outra justificando o conceito de ser necessário, para mostrar que o argumento ontológico funciona somente para Deus. Segundo ele, um “x perfeito” implica a existência atual de um “x”, se e somente se duas condições são satisfeitas:

1. “um x perfeito” é tomado num sentido no qual explica um “x necessário”
2. “um x necessário” é possível ou não contraditório

Para Leibniz, a segunda condição falha para tudo, exceto para Deus, pois como foi dito anteriormente, existem dois modos de existência, a contingente e a necessária. Se um “x

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

perfeito” não implica um “x necessário”, ele não implica que “x” tenha uma existência necessária. A aplicação da segunda condição se aplica somente a Deus, segundo Leibniz, por uma identificação entre realidade e perfeição. Uma existência necessária é uma realidade ilimitada, logo, realidade ilimitada é perfeição ilimitada, e um ser necessário se revelaria com todas e somente puras perfeições. Assim, uma “ilha necessária” seria contraditória, pois significaria “uma ilha como todas e somente puras perfeições”, ou “uma ilha com conhecimento perfeito”. Partindo daí, teremos uma contradição similar para todas as coisas, exceto para Deus. Isso pode explicar porque Leibniz conecta os três argumentos apresentados anteriormente, bem como acredita que as diferenças entre eles são insignificantes. Uma vez que ele iguala a idéia de um “x necessário” com a idéia de um “x perfeito” ele pode expressar o argumento ontológico utilizando qualquer um destes conceitos. E nas versões cujas premissas atribuem existência necessária a deus (A1-A3), a conclusão poderia ser igualmente a de que deus existe necessariamente (A2), ou simplesmente que ele existe (A3). Se o argumento é válido e funciona, ele prova, então, que deus existe necessariamente, isto é, implica que deus existe.

Quanto à questão da possibilidade de Deus, Leibniz diz que na ausência de provas, deveria se assumir que Deus existe isto porque sempre há uma suposição ao lado de uma possibilidade, o que quer dizer que tudo pode ser sustentado como possível, até que se prove o contrário. “... tem-se o direito de presumir a possibilidade de qualquer ser, e, sobretudo a de Deus, até que alguém demonstre o contrário.”⁵ Assim temos:

I – Se é possível que Deus exista, então ele existe

II – Na ausência de provas contrárias é mais razoável supor que uma sentença da forma “é possível que...” seja verdadeira ao invés de falsa

III – Não há prova que “é possível que deus exista” seja falsa

IV – Portanto, é mais razoável supor a sentença “é possível que deus exista” seja verdadeira ao invés de falsa.

V – Logo, é mais razoável supor que deus exista do que deus não exista.⁶

Para Leibniz, Deus é um ser necessário ou um ser cuja não existência é impossível.

⁵ LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Novos ensaios sobre o entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1992. Página 153.

⁶ Argumento disposto conforme JOLLEY, Nicholas. The Cambridge Companion to Leibniz. Cambridge University, 1995. Páginas 357 e 358.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Voltando a questão da possibilidade em deus, Leibniz parte da definição de uma perfeição como sendo uma propriedade simples e absolutamente positiva. Pressupõe também que se “um ser perfeito é possível” é verdadeiro, ele é necessariamente verdadeiro e que cada verdade necessária é do mesmo modo uma identidade ou redutível a uma identidade. De um modo geral a idéia da prova é: propriedades positivas sempre são compatíveis porque coisas podem excluir umas as outras somente se uma envolve a negação da outra, ou seja, uma contradição. Propriedades simples, por outro lado, são sempre irredutíveis, já que redução requer complexidade. Consequentemente, para qualquer duas propriedades que sejam positivas e simples, a proposição de que elas são incompatíveis não é uma identidade e nem redutível a uma identidade. A partir das propriedades simples podemos dizer que:

I – O conceito de um ser absolutamente perfeito é consistente se e somente se a combinação de todas as perfeições em um único ser é consistente.

II – A combinação de todas as perfeições em um único ser é consistente se e somente se para quaisquer duas perfeições “A” e “B”, “A e B são incompatíveis” não é uma verdade necessária

III – Para quaisquer duas perfeições A e B, “A e B são incompatíveis” não é uma verdade necessária se e somente se sua proposição não é uma identidade e nem redutível de uma identidade.

IV – Mas para quaisquer duas perfeições A e B e “A e B são incompatíveis” não é uma identidade. Caso elas fossem, A e B, expressariam a negação uma da outra, o que é contrário a hipótese de que perfeições são puramente positivas.

V – Para quaisquer duas perfeições A e B, “A e B são incompatíveis” é não redutível a uma identidade. Para uma redução é requerido a resolução de pelo menos um dos termos o que é contrario a hipótese de que perfeições são simples.

VI – Portanto, para quaisquer duas perfeições A e B, “A e B são incompatíveis não é uma verdade necessária

VII – Logo, o conceito de um ser absolutamente perfeito é consistente.

VIII – Se o conceito de um ser absolutamente perfeito é consistente, um ser absolutamente perfeito é possível

IX – Portanto, um ser absolutamente perfeito é possível.⁷

⁷ Argumento disposto conforme JOLLEY, Nicholas. The Cambridge Companion to Leibniz. Cambridge University, 1995. Páginas 359.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Leibniz pretende provar a existência de Deus através da prova da possibilidade. Ele também utiliza um argumento modal para defender a possibilidade de um ser necessário. Este argumento gira em torno da seguinte premissa: se um ser necessário não é possível, nenhum ser é possível. Isso se dá, pois, seres contingentes requerem um ser necessário que provê uma razão suficiente para sua existência. Portanto, se um ser necessário não for possível, então, nenhum ser necessário e nenhum ser contingente é possível.

Para derivar que “um ser necessário é possível” a partir de “se um ser necessário não é possível, nenhum ser é possível” Leibniz precisa somente de uma premissa que algum ser é possível. Ele sustenta que se a definição de um conceito é não contraditória, então, a existência de algo que exemplifica esse conceito também é possível. Seu argumento para isso segue a seguinte formulação:

Argumento modal da prova da possibilidade de Deus

I – Se um ser necessário não é possível, nenhum ser é possível

II – Se a definição de um conceito é não contraditório, então um ser que exemplifique esse conceito é possível

III – Mas existem exemplos de definições de conceitos que são não contraditórias. (um círculo é definido como uma figura plana tendo todos os seus pontos equidistantes do centro e nós sabemos a priori que essa definição é não contraditória)

IV – Assim, um ser que exemplifica o conceito de círculo é possível

V – Portanto, algum ser é possível

VI – Logo, um ser necessário é possível.⁸

Algumas críticas são feitas a este argumento, pois, segundo elas, o argumento contém suposições a posteriori, como na premissa III. Porém, segundo Leibniz, se a existência de uma coisa é seguida de sua essência, deve ser concebível a priori. Para Leibniz, o a priori pode ser entendido não a partir da experiência, mas da própria natureza da coisa, assim como conceberíamos que o número 3, um círculo e outras coisas desse tipo são possíveis mesmo se nós nunca tivéssemos experienciado que elas realmente existem. Além disso, este argumento

⁸ Argumento disposto conforme JOLLEY, Nicholas. *The Cambridge Companion to Leibniz*. Cambridge University, 1995. Páginas 363.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

está baseado na sua primeira premissa, a qual parece necessitar do suporte do argumento cosmológico que não discutiremos aqui.

Provando então, a possibilidade de um ser perfeito, ou ser necessário, Leibniz segue que este ser existe, provando, então a existência de Deus.

Assim, somente Deus (ou o Ser necessário) possui este privilégio: que se é possível tem de existir necessariamente. E como nada pode impedir a possibilidade do que não contém nenhum limite, nenhuma negação, e, conseqüentemente, nenhuma contradição, isto basta para conhecer a existência de Deus a priori⁹.

Ou seja, Deus é possível, pois enquanto ser perfeito e necessário, não possui limites, negações nem contradições em si. Ele existe porque é possível, porque sua idéia não é contraditória, isto é Deus existe enquanto pode ser pensado sem contradição.

Segundo Leibniz, uma complementação ao argumento ontológico de Santo Anselmo deveria ser feita, a saber, que não bastava passar da idéia de um ser infinito e perfeito à realidade e sim demonstrar previamente tal possibilidade. Com esses argumentos apresentados por Leibniz, podemos dizer que o seu intuito de complementar o argumento ontológico de Santo Anselmo foi atingido.

Referências

- ANSELMO, S. *Monólogo, Proslógio, A verdade, O Gramático*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- JOLLEY, Nicholas. *The Cambridge Companion to Leibniz*. Cambridge University, 1995.
- LEIBNIZ. *Princípios de filosofia ou Monadologia*. Tradução, introdução e notas de Luís Martins. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- LEIBNIZ. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1992. Volumes I e II
- STREFLING, Sérgio Ricardo. *O argumento ontológico de Santo Anselmo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª edição, 1997.
- TOMATIS, Francesco. *O argumento ontológico: a existência de Deus de Anselmo a Schelling*. São Paulo: Paulus, 2003.

⁹ LEIBNIZ, Princípios de filosofia ou Monadologia. Tradução, introdução e notas de Luís Martins. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. Páginas 52 e 53.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 56-65
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------